

humanitas

Vol. LXV
2013

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

longo do volume abordam o fenómeno acústico a partir de perspetivas várias, que conjugam contributos da literatura, do direito e da história, mas também da antropologia, numa tentativa de descortinar a manifestação assumida ou disfarçadamente oculta do ‘espírito do poder’.

A análise proposta traduz-se em cerca de duas dezenas e meia de estudos, repartidos por três partes. A primeira é dedicada à categoria dos “espaços” e aborda três subáreas: o canto e a música nas cortes orientais (na Mesopotâmia e no Egito); o sentimento da *uox populi* na cidade (na pólis grega, em Roma e no universo diplomático); as representações sonoras ligadas mais especificamente ao funcionamento do Senado romano. A segunda parte reflete sobre a categoria do “tempo”, numa abordagem bipartida, que trata a gritaria belicosa audível em contexto de batalha (no Oriente Próximo, na Etrúria e em cenário helénico), bem como, em acentuado contraste, o silêncio da noite e do recolhimento religioso (no mundo itálico-etrusco e no período imperial). A terceira e última parte centra-se sobre a categoria das “formas”, distribuídas por três subtemas: os sons que transportam consigo a marca da autoridade; as monódias e polifonias do poder; finalmente, as desarmonias políticas e sociais.

O volume possui, igualmente, um aspeto gráfico elegante e de agradável leitura, disponibilizando também um índice de matérias tratadas e um outro relativo a personagens históricas, lendárias ou literárias, que reforcem a coesão orgânica do livro, apesar da sua natureza plurilingue. Nele encontrará o leitor múltiplas razões de interesse e de reflexão, decorrentes de um conjunto de trabalhos organizados de forma coerente e segundo uma abordagem estimulante, que permite revisitar a antiguidade clássica através de uma perspetiva bastante inovadora.

DELFINO F. LEÃO

Silva, Carlos Guardado, coord., *XV Encontro Turres Veteras: Judiarias, Judeus e Judaísmo*, Lisboa/Torres Vedras, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo “Alexandre Herculano”, 2013, 267 pp., ISBN 978-989-689-318-7.

O décimo quinto encontro internacional de História *Turres Veteras*, decorrido em Maio de 2012, foi dedicado ao património cultural judaico português, tanto mais justificado quanto é certo ter sido a cidade de Torres

Vedras membro fundador da Rede de Judiarias portuguesa. O Presidente do Município torriense evoca este facto no seu Prefácio destas *Actas*, recordando que ali se sediou a principal comunidade judaica do Oeste no século XV e realçando a tradição judaica do concelho. O volume homenageia a memória de Carmen Balesteros (que também nele participa), recentemente desaparecida, assinalando o seu valioso contributo no estudo das judiarias alentejanas.

José Augusto Ramos abre esta antologia sobre o judaísmo português com um olhar sobre o percurso intelectual de uma das maiores (e derradeiras) figuras medievais sefarditas, Isaac Abravanel. Seguindo o seu trajecto de vida, estrangida pelas convulsões políticas que o forçaram a fugir de Portugal para Castela, com passagem por Nápoles, Corfú e Monopoli até Veneza, onde findou os seus dias, acompanha o pensamento do filósofo hebreu, radicado nas profecias de Daniel, em que a esperança numa salvação do povo do Êxodo não esmorece ante as agruras que se vão acumulando para cerceá-la, antes se traduz numa apocalíptica de cariz messiânico que aposta no “aqui e agora”, utopia que vai sofrendo adaptações à medida do desenrolar dos acontecimentos que teimam em lançá-la para horizontes mais longínquos. “Salvação” é, de facto, palavra de ordem nos escritos de Abravanel, que a inclui no título de uma trilogia que produz com a sua interpretação sobre a história do judaísmo. O messianismo que preconiza, no entanto, não contempla a figura de um rei, sem dúvida devido aos traumas sofridos por Israel às mãos dos poderosos soberanos do seu tempo; confia, assim, a história humana à providência divina. Como nos mostra JAR, é uma “visão apocalíptica em pleno Renascimento português”.

Nuno Simões Rodrigues empreende a complexa tarefa de nos trazer o estado da arte quanto à implantação da presença judaica na Sefarad peninsular, ilustrando as diferentes enunciações defendidas por vários académicos sobre a matéria. Profusamente anotado e subsidiado por uma bibliografia final, este estudo aceita a plausibilidade da tese de García Moreno, que radica a instalação das comunidades judaicas na Península nos movimentos migratórios oriundos da “nova ordem mediterrânica”, consequência da Roma imperial. Outra hipótese contemplada, atractiva pela sua antiguidade mas sem bases de sustentação, seria a do estabelecimento das primeiras comunidades na Península Ibérica no séc. VI A.E.C., como consequência do exílio da Babilónia, ideia despertada pela referência a Sefarad encontrada em Abd 20. Dada a ausência de fontes categóricas, resta-nos o desafio de prosseguir na tentativa de ver sair à luz do dia alguma evidência até agora oculta.

Vasco Gil Mantas, que desde logo nos adverte sobre a falta de testemunhos epigráficos de ocupação judaica na Península anteriores ao séc. II E.C., fala-nos sobre a construção e decoração das sinagogas edificadas durante os séculos de domínio romano na Palestina e nas comunidades da diáspora, numa baliza cronológica situada entre os sécs. I e VI E.C. Realçando a (natural) permeabilidade judaica a elementos exógenos, descreve várias sinagogas ostentando elementos helenístico-romanos com interpretação judaica, incluindo um mapa que mostra a localização daqueles edifícios desde Dura Europos, no Eufrates, até Tróia, no extremo ocidente peninsular, passando por Sebastopol. Pontificado por algumas críticas relativamente a determinadas polémicas e/ou práticas arqueológicas seguidas, este trabalho sublinha que tanto as sinagogas como as basílicas paleocristãs derivaram do mesmo modelo, a basílica civil romana. Previne ainda que algumas ruínas do séc. IV E.C. poderão induzir em erro os investigadores, que por vezes não sabem se estão perante uma sinagoga ou uma igreja cristã. É feita especial referência à capela paleocristã de Tróia, na península do Sado, que Gil Mantas identifica como sinagoga, descrevendo-a detalhadamente. Além de uma bibliografia, o trabalho está recheado de fotografias e figuras com plantas de várias sinagogas.

Pedro Gomes Barbosa, no seu estilo muito pessoal, abre a galeria de investigadores que aqui dedicam um espaço a comunidades judaicas nacionais específicas durante a Idade Média, nomeadamente nos sécs. XIV e XV. Recordando que as matanças e perseguições a judeus terão começado entre os germânicos e, na Península Ibérica, durante o domínio visigótico, descreve as principais características da comunidade judaica de Torres Vedras. É secundado, no estudo da comunidade judaica torriense, por Ana Maria Rodrigues.

Manuel Sílvio Alves Conde considera o espaço urbano de Tomar e a sua judiaria, realçando a importância da administração da Ordem de Cristo no florescimento económico da vila. Fornece gráficos com dados qualitativos e quantitativos relativos à judiaria tomarense no séc. XV, bem como diagramas com as genealogias das duas famílias mais proeminentes de Tomar, plantas e fotografias, além de uma bibliografia.

Manuela Santos Silva descreve a pequena judiaria de Óbidos, incluindo uma planta da vila. António Maria Balcão Vicente dedica o seu trabalho à judiaria de Freixo-de-Espada-à-Cinta, terra de marca cuja relevância era devida à protecção que dispensava a cinco portos do Douro por onde se comerciavam mercadorias com Castela. Realça, em

comparação, a prosperidade de Moncorvo, que atribui ao peso financeiro da comunidade judaica. Inclui um mapa do sueste transmontano fronteiriço e algumas fotografias.

José António de Jesus Martins dedica o seu trabalho à cidade de Lagos, sublinhando a interioridade acentuada do Algarve face ao restante território nacional, condicionado pelas fronteiras naturais do mar e da serra, onde grande parte dos judeus se dedicava a actividades marítimas e agrícolas. Inclui uma pequena bibliografia.

Isaura Luísa Cabral Miguel fala-nos sobre as comunidades judaicas da Beira interior, mencionando a existência de judeus terratenentes.

Saul António Gomes relata a presença judia na Extremadura Medieval Portuguesa, delimitando esta região pela Gaia, a Norte, por Abrantes, no centro interior e por Lisboa, a Sul, e refere que a cidade de Santarém era, no séc. XV, a sede da correição da comarca judaica estremenha. Maria Teresa Lopes Pereira traz-nos notícia sobre as judiarias de Alcácer do Sal, incluindo fotografias, uma vista aérea da cidade com a sua localização, uma tabela e uma lista, por ordem cronológica, com antropónimos de judeus no espaço temporal contemplado.

Finalmente, Carlos Guardado da Silva descreve as judiarias lisboetas, desde os seus primórdios até ao estabelecimento da comuna de Lisboa e construção das suas sinagogas. Inclui uma perspectiva da cidade com a localização das suas três judiarias e uma bibliografia.

Um apontamento curioso é a designação, por parte de alguns destes autores, de “templo” ao fazerem referência às sinagogas, o que nos suscita imediata conotação com o Templo [de Jerusalém], cuja restauração é pedida por todos os devotos judeus na recitação quotidiana da oração das Dezoito Bênçãos.

Dois autores trazem-nos, num salto temporal, até aos dias de hoje. A primeira, Maria Antonieta Garcia, ressuscita a memória da comunidade judaica de Belmonte, sepultada no esquecimento forçado pelos terrores da Inquisição e pela prática secular do criptojudaísmo. Recorda a implantação da I República como o factor que despoletou uma série de eventos que levaram ao reconhecimento e legalização das comunidades israelitas em Portugal, sendo que Belmonte teve de esperar até 1989 para assumir oficialmente a sua comunidade judaica e até 1996 para inaugurar a sua sinagoga. Jorge Martins, falando do centenário da legalização da Comunidade Israelita de Lisboa, celebrado em 2012, refere alguns dos pontos também mencionados por Maria Antonieta Garcia, com realce para a “Obra do Resgate” de Samuel

Schwartz, que conseguiu ser aceite pela comunidade de Belmonte. Além de um breve apontamento sobre as publicações e movimentos anti-semitas do séc. XIX e princípios de XX, indica alguns nomes ilustres de membros das comunidades judaicas que ficaram famosos no Portugal pós-republicano pelas suas actividades em prol da cultura e da ciência.

Carmen Balesteros deixou-nos o seu contributo ao focar-se sobre os problemas colocados aos investigadores pela arqueologia judaica em contexto peninsular, fazendo o levantamento da arqueologia das judiarias de diversas povoações portuguesas e da Extremadura espanhola. Tem a preocupação de fixar os conceitos de judiaria e comuna.

Com Isabel Drumond Braga saímos do espaço temporal medieval para avançar até à Época Moderna, com um trabalho elaborado no âmbito de uma investigação que visa a recolha e análise de inventários de bens de cristãos-novos presos pela Inquisição, sob a acusação de judaísmo, nos sécs. XVII e XVIII. O enfoque recai sobre as suas actividades económicas, com destaque para empréstimos, penhoras e hipotecas. São-nos dados exemplos de numerosas transacções, com base nos depoimentos prestados nos tribunais da Inquisição pelos próprios, como pelas testemunhas chamadas a depor.

Imprescindível no tema tratado, o contributo de Maria José Ferro Tavares, da qual grande parte dos autores dos estudos destas *Actas* são largamente tributários, encerra este périplo pelo judaísmo nacional. A autora debruça-se sobre as judiarias transmontanas e beirãs (com especial incidência para a cidade de Viseu), fornecendo gráficos das respectivas densidades populacionais no séc. XV, bem como das tributações por elas sofridas na altura da expulsão. Deixa pistas para o estudo da mobilidade cristã-nova no reino após o baptismo, referindo a sua deslocação para localidades onde não havia memória de residência de minorias judaicas. Como apontamento interessante, menciona o que a gastronomia nacional guardou da memória judaica. Como exemplos cristalizados na tradição popular portuguesa, cita os chouriços de Portalegre, feitos de carne de cabra e especiarias, e as amêndoas de Torre de Moncorvo, que terão propriedades medicinais.

A sua última ponderação aponta a necessidade de a estruturação habitacional judaica carecer de reflexão baseada na documentação escrita existente, sendo de almejar que, na esteira de Carmen Balesteros, haja investigadores que unam os seus esforços para, num trabalho de saudável simbiose, levar mais longe os estudos até aqui alcançados.